



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requerimento de Informação N° DE 2016
(Do Sr. Fernando Francischini)

Requer seja encaminhado Pedido de Informação ao Exmo. Senhor Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, **Edson Antônio Edinho da Silva**, sobre o detalhamento das despesas de publicidade destinadas pelo Governo Federal ao site Brasil 247.

À Mesa Diretora da Câmara Dos Deputados

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, I, combinado com art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro seja encaminhado Pedido de Informação ao Exmo. Senhor Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, **Edson Antônio Edinho da Silva**, sobre o detalhamento das despesas de publicidade destinadas pelo Governo Federal ao site Brasil 247.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Leonardo Attuc, jornalista, iniciou sua carreira em Brasília, tendo atuado em diversos veículos de comunicação, como Correio Braziliense, Veja, Exame, Estado de Minas e IstoÉ Dinheiro.

Ressalte-se que em 2011, criou o Brasil 247, site de propaganda política desenvolvido para o iPad.

Aliado do PT, recebeu milhões em verbas publicidade do Governo Federal (Dinheiro Público) muito acima de veículos de comunicação respeitados.

Ademais, o jornalista, Leonardo Attuch, do site BRASIL 247, teria recebido, só em um caso, 120 mil reais de propina desviados da Petrobras.

Anotações apreendidas com o Doleiro Youssef na Operação Lava Jato mencionavam: Leonardo Attuch 6 X 40.000.

Nesse sentido, segue, a título ilustrativo, a seguinte notícia:

O GLOBO¹

Editora 247 recebeu propina a pedido de Vaccari, diz Moro em despacho Responsável pelosite Brasil 247 ganhou pelomenos R\$ 120m ilegalmente contratando com empresa da lavagem de dinheiro

POR GERMANO OLIVEIRA / CLEIDE CARVALHO 03/08/2015 12:59 /atualizado 04/08/2015 10:29
PUBLICIDADE SÃO PAULO

A Editora 247, representada pelo jornalista Leonardo Attuch e que edita o site Brasil 247, recebeu pelo menos R\$ 120 mil do esquema de corrupção da Petrobras, a pedido do ex-sócio do PT João Vaccari. Segundo um dos delatores da Operação Lava Jato, Milton Pascowitch, o dinheiro pago à editora foi dado sem a prestação de qualquer serviço e tratou-se de uma operação "para dar legalidade ao apoio que o Partido dos Trabalhadores dava ao blog mantido por Attuch". Os pagamentos foram feitos nos meses de setembro e outubro de 2014.

Milton Pascowitch relatou em seu depoimento de delação premiada que repassou, por meio de sua empresa de consultoria Jamp, valores para a empresa Consist Software destinados ao Partido dos Trabalhadores, através de João Vaccari. Nesse operação, eram usados contratos de consultoria simulados entre a Jamp e a Consist no total de R\$ 15 milhões. Os contatos com a Consist, eram feitos com o presidente da empresa Pablo Alejandro Kipersmit e com o diretor jurídico Valter Silverio Pereira.

Segundo diz o juiz Sérgio Moro em sua decisão que determinou a prisão do ex-ministro José Dirceu, "os repasses de cerca de R\$ 12 milhões, teriam sido feitos em espécie (dinheiro vivo). Parte dos valores teria sido recebida por uma emissária com o nome de Marta Coerin. Parte dos valores teria sido repassados a pedido de João Vaccari, para a empresa

¹ <http://oglobo.globo.com/brasil/editora-247-recebeu-propina-pedido-de-vaccari-diz-moro-em-despacho-17065296>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gomes & Gomes Promoção de Eventos e Consultoria, mediante simulação de contratos de consultoria com a Jamp Engenheiros".

Segundo a investigação da PF, Marta foi funcionária do PT entre maio de 2006 e setembro de 2007 e voltou a ser empregada registrada pelo partido em maio de 2015. Moradora de Santo André, no ABC, Marta é irmã gêmea de Maria Coerin, que trabalhou para o PT de julho de 2006 a junho de 2011. Maria foi registrada como secretária executiva da JD Assessoria e Consultoria, empresa de José Dirceu, entre julho de 2011 e janeiro de 2013.

O juiz sustenta que parte dos valores dessa propina teriam sido direcionados, a pedido de João Vaccari, para a Editora 247, por meio de simulação de contrato de prestação de serviço.

Para tratar do repasse do dinheiro da Consist para a Editora 247, Vaccari solicitou a Pascowitch que fosse feita uma reunião com Leonardo Attuch, da 247. A reunião foi realizada no escritório de Pascowitch na avenida Faria Lima. Vaccari propôs a veiculação de um contrato de 12 meses, com parcelas de R\$ 30 mil cada. Pascowitch não concordou "e realizou dois pagamentos referentes à elaboração de material editorial no valor de R\$ 30 mil cada uma". Na sequência foram feitos mais dois pagamentos através de uma nova solicitação de Attuch, totalizando R\$ 120 mil repassados à Editora 247.

De acordo com depoimento de Pascowitch, não houve qualquer serviço prestado pela Editora 247. "Na reunião que tive com Attuch ficou claro que não haveria qualquer prestação de serviço mas que era uma operação para dar legalidade ao 'apoio' que o Partido dos Trabalhadores dava ao blog mantido por Leonardo". Pascowitch disse também que o valor pago foi "abatido" do montante que estava à disposição de João Vaccari referente ao contrato da Consist.

Milton Pascowitch disse ter provas da troca de emails entre Attuch e José Adolfo, irmão de Pascowitch, que mostram os pagamentos e a emissão de notas fiscais. O contrato da Jam com a Editora 247 foi realizado no dia 12 de setembro de 2014 "visando a produção de conteúdo jornalístico e de estudos especiais na área de infraestrutura, para publicação no jornal eletrônico 247".

"Considerando que a Jamp era, como afirma seu próprio titular, empresa dedicada à lavagem de dinheiro e repasse de propinas, parece improvável que o conteúdo do documento seja ideologicamente verdadeiro, pois difícil vislumbrar qual seria o interesse de empresa da espécie em anunciar publicidade ou patrocinar matérias em jornal digital", diz Moro em seu despacho.

O juiz disse ainda que durante a investigação já havia sido apreendida anotação no escritório de lavagem de dinheiro do doleiro Alberto Youssef com referência a pagamentos a Leonardo Attuch. "Aqui, da mesma forma, parece improvável que o escritório de lavagem de Alberto Youssef tivesse interesse em publicidade ou em patrocinar matéria em jornal digital. Esses fatos indicam prováveis repasses de valores de origem criminosa à referida Editora e ao suposto jornalista a pedido de terceiros e com propósitos ainda de necessário esclarecimento".

Não é a primeira vez que o jornalista é alvo de denúncia. Na Operação Satiagraha, que investigou o banqueiro Daniel Dantas, ele foi acusado pelo jornalista Mino Pedrosa de usar o cargo e função na revista IstoÉ Dinheiro, quando trabalhava para ela, para defender o banqueiro e o investidor Naji Nahas em troca de dinheiro. Na época, Attuch disse que a acusação era "absolutamente leviana" e apontou Pedrosa de ter interesses em jogo naquele caso. A Operação Satiagraha foi anulada pela Justiça.

O GLOBO encaminhou email à Editora 247 pedindo esclarecimentos, mas até o momento ainda não obteve resposta.

Destaca-se também que o Ministério Público já chegou a pedir a prisão dele, bem como o juiz Sérgio Moro chegou a afirmar que, de fato, houve pagamento de propina, todavia entendeu ser necessário um maior



CÂMARA DOS DEPUTADOS

aprofundamento das investigações, conforme se verificam das elucidativas notícias abaixo veiculadas:

Procuradoria pede prisão do jornalista Leonardo Attuch e Moro nega

O juiz concordou que houve pagamento de propinas às editora de Attuch, mas entendeu "necessário um aprofundamento maior das investigações"

O Ministério Públco Federal pediu a prisão temporária do jornalista Leonardo Attuch, responsável pelo blog Brasil 247, e requisitou o bloqueio de R\$ 120 mil de contas ligadas a ele pelo recebimento de propinas dirigidas ao ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto.

Em sua decisão relativa à 17.^a fase da Operação Lava Jato, o juiz federal Sérgio Moro concordou que houve pagamentos de propinas à Editora 247, que pertence a Attuch, mas entendeu ser "necessário um aprofundamento maior das investigações" e negou os pedidos.

"Relativamente às medidas requeridas pelo MPF em relação à Editora 247 e a Leonardo Attuch, apesar das provas, em cognição sumária, de pagamento a eles de valores decorrentes de acertos de propina no esquema criminoso da Petrobras, entendo que é necessário que a apuração seja previamente aprofundada", disse o juiz em sua sentença.

Segundo o MPF, a editora recebeu R\$ 120 mil entre setembro de dezembro de 2014 por meio da Jamp Engenheiros Associados, empresa de fachada do lobista Milton Pascowitch, "ocorrido como formas de conferir aparência de legalidade aos pagamentos de João Vaccari Neto".

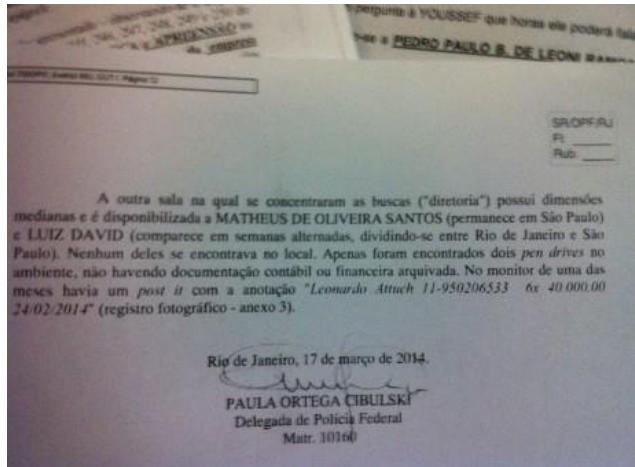
Ao jornal "O Estado de S. Paulo", o jornalista Leonardo Attuch negou que tenha recebido dinheiro oriundo de propina do esquema de corrupção na Petrobras investigado pela Lava Jato. Segundo Attuch, foi assinado um contrato entre a Editora 247 e a Jamp que previa a produção de reportagens "publidoritoriais". O dono da editora disse ainda que Pascowitch se apresentou como representante institucional da Engevix Engenharia, que teria interesse em "defender a engenharia nacional". A Engevix negou que tenha feito qualquer encomenda à Editora 247 e também que o lobista tenha atuado em nome da empresa.

DOCUMENTOS APREENDIDOS PELA POLÍCIA FEDERAL MOSTRAM ANOTAÇÃO DO DOLEIRO YOUSSEF "LEONARDO ATTUCH 6 X 40.000,00".

"No monitor de uma das meses (sic) havia um post it com a anotação 'Leonardo Attuch 11-950206533 6x40.000,00 24/02/2014'", informa o trecho do relatório em que a delegada Paula Ortega Cibulski resume o que foi encontrado, num dos imóveis utilizados pela quadrilha de Alberto Youssef, por agentes da Polícia Federal incumbidos de cumprir o mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça. No fim do texto reproduzido abaixo, datado de 17 de março de 2014, a delegada acrescenta que anexou ao relatório um registro fotográfico do documento que vincula o alvo principal da Operação Lava Jato ao blogueiro Leonardo Attuch, proprietário do site Brasil 247.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



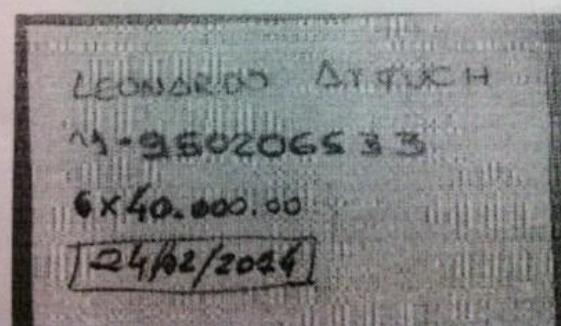
A outra sala na qual se concentraram as buscas ("diretoria") possui dimensões medianas e é disponibilizada a MATHEUS DE OLIVEIRA SANTOS (permanece em São Paulo) e LUIZ DAVID (comparece em semanas alternadas, dividindo-se entre Rio de Janeiro e São Paulo). Nenhum deles se encontrava no local. Apenas foram encontrados dois pen drives no ambiente, não havendo documentação contábil ou financeira arquivada. No monitor de uma das meses havia um *post it* com a anotação "Leonardo Attuch 11-950206533 6x 40.000,00 24/02/2014" (registro fotográfico - anexo 3).

Rio de Janeiro, 17 de março de 2014.

[Assinatura]
PAULA ORTEGA CIBULSKI
Delegada de Polícia Federal
Matr. 10160

As letras e os algarismos que constam do anexo 3, confrontados com outras peças da montanha de documentos capturados pela Polícia Federal, revelaram que o próprio Youssef fez as anotações manuscritas que incorporam Attuch ao bando de políticos, governantes, empresários, funcionários públicos, além de indivíduos, que se apresentam como "jornalistas" envolvidos de alguma forma com um dos comandantes do mais portentoso propinoduto montado no Brasil desde o Descobrimento.

ANEXO 3 (1 imagem)



São tantos os integrantes do esquema forjado para saquear a Petrobras que, como faz a CBF com os times de futebol, os responsáveis pelo esclarecimento dos crimes dividiram informalmente os investigados em duas categorias. Na série A figuram presidentes da República (embolados no G4), ministros de Estado, governadores, figuras do Congresso, megaempreiteiros, diretores da Petrobras e gatunos de alta patente. Na série B aglomeraram-se empreiteiros e fornecedores menos graúdos, parlamentares do baixo clero, funcionários do segundo escalão e jornalistas estatizados ou arrendados pela organização criminosa.

Compreensivelmente, a série A tem monopolizado tanto as investigações de campo quanto os interrogatórios de Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, que toparam contar o que muito que fizeram ou sabem em troca dos benefícios da chamada delação premiada. Sorte de Attuch: a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça Federal ainda não encontraram tempo para devassar as catacumbas da classe B. Mas chegará o dia em que as suspeitíssimas anotações manuscritas terão de ser elucidadas.

O blogueiro costuma desperdiçar seu tempo com a edição de textos abjetos sobre jornalistas independentes, aos quais se seguem "comentários" que difamam, caluniam e afrontam a honra de quem ousa criticar o governo lulopetista. A prudência recomenda que suspenda o serviço sujo e procure a ajuda de um advogado especialmente imaginoso. Vai precisar de um álibi e tanto para escapar do enquadramento no Código Penal.

Fonte: Blog do Augusto Nunes, Revista Veja



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A PENA COMPRADA DE LEONARDO ATTUCH²

VEJA – ABRIL

No dia 7 de junho de 2011 o Superior Tribunal de Justiça decidiu anular toda a Operação Satiagraha, que resultou na condenação por corrupção da quadrilha do banqueiro Daniel Dantas, dono o grupo Opportunity, a 10 anos de prisão. O STJ concluiu que foi ilegal a participação de integrantes da Agência Nacional de Inteligência – Abin, nas investigações. Um alívio para Daniel Dantas e para o jornalista Leonardo Attuch.

Attuch, repórter da Revista Isto É Dinheiro, da Editora Três, foi flagrado trabalhando em benefício da quadrilha de Dantas e Naji Nahas que saqueava os cofres públicos. O “jornalista” usava a Revista para publicar matérias encomendadas pelo banqueiro, muitas delas redigidas por outras mãos e assumidas por Attuch. O “repórter” era pago pelo Caixa 2 comandado por Humberto Braz, homem da Construtora Andrade Gutierrez, a serviço do apelidado por FHC, “gênio do mal” Roberto Figueiredo do Amaral.

Roberto Amaral indicou Braz para ser o homem de confiança do banqueiro Daniel Dantas. Braz passou a atuar nos “negócios” da Brasil Telecom, chegou a presidência da empresa e foi o grande consultor do Grupo Opportunity até ser flagrado pela Polícia Federal tentando corromper com R\$ 1 milhão o delegado que comandava a Operação Satiagraha , Protógenes Queiroz, que costumava chamar Humberto de “o homem da mala”.

Leonardo Attuch foi flagrado na Operação Satiagraha como assessor de comunicação da organização criminosa. Certa vez, Carlos Rodemburg foi chamado na Editora Três, Revista Isto É Dinheiro, pelo presidente Domingos Alzugaray, para mostrar uma matéria feita por Leonardo Attuch denunciando o banqueiro Daniel Dantas usando o nome de laranjas no contrato do Opportunity com o Citybank. A matéria foi produzida a partir de um dossiê da Telecom Itália, que estava em litígio com a Brasil Telecom.

Attuch foi chamado pela direção da Editora Três para apresentar a matéria que tinha produzido. A matéria não foi veiculada. Mas Attuch se caciou perante Daniel Dantas, tornando-se seu homem de confiança na Imprensa.

A partir daí foram várias as matérias publicadas na Isto É Dinheiro, “confeccionadas” por Attuch. Daniel Dantas fez uma compra de R\$ 15 milhões em livros da Editora Três. E Attuch ficava visivelmente satisfeito com os negócios entre a BR Telecom e a Editora Três.

Humberto Braz, “o mala”, era responsável mensalmente pela felicidade de Attuch. A imprensa , na época da Operação Sathiagaha, denunciou Attuch de receber propinas e presentes de Daniel Dantas, como por exemplo uma confortável casa no bairro classe A, de São Paulo, o Alphaville.

A quadrilha de Daniel Dantas até hoje sustenta o “jornalista”. Montaram um site www.brasil247.com, onde Attuch atua sem se identificar, a serviço não só da quadrilha de Dantas, como também cuidando dos interesses de empresários como José Batista Junior, da Friboi, que se filiou ao PSB em Goiás para disputar o governo com Marconi Perillo (PSDB), e empresas como a Odebrech, apadrinhada pelo deputado cassado e personagem central no Mensalão do PT José Dirceu e o Banco BVA.

O site de Attuch ataca os políticos de Goiás preparando o terreno para as eleições de 2014, quando o dono do Frigorífico Friboi sairá candidato ao Governo do Estado. Attuch também abocanha verba na Secretaria de Comunicação do governador do Distrito Federal, o petista Agnelo Queiroz. Parte desses contratos Attuch não pode receber pelo site, porque são propinas pagas através de Caixa 2.

O Quidnovi publica com exclusividade documentos em segredo de justiça do Relatório de Inteligência Policial da Operação Chacal e áudio mostrando a intimidade de Leonardo Attuch com a quadrilha de Dantas numa conversa íntima com Naji Nahas, na qual o “jornalista” desclassifica os jornalistas Diogo Mainardi, Paulo Henrique Amorim, Elvira Lobato e o patrono do Jornalismo Brasileiro Mino Carta por não fazerem parte da quadrilha. Os documentos falam por si. Ponto!

² <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/um-dos-documentos-apreendidos-pela-policia-federal-mostra-a-anotacao-do-doleiro-youssef-leonardo-attuch-6x40-00000/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGREDO DE JUSTICA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE INTELLIGENCE POLICIAL
DIVISÃO DE CONTRA-INTELLIGENCE POLICIAL

POD nº 2004-01-0000144-8
IPB nº 12-0532/04 - DELEGAT/DIRCON-SP/DPF/SP

Brasília, 14 de abril de 2005.

RELATÓRIO DE INTELLIGENCE POLICIAL (PARCIAL nº 2)

OPERAÇÃO CHACAL

Este documento é de natureza de "investigação" voltado em matéria de violação de direitos e garantias individuais, e não é destinado a revelar os fatos, mas a descobrir, processar e punir ilegalidades - pois isso é tarefa, prerrogativa e interesse do Estado. O objetivo só pode ser o de descobrir fatos que possam ser utilizados para prender e condenar, para punir, prender e condenar, para a favor da obter vantagem ou impor desvantagem a alguém. Trata-se, evidentemente, de uma suposição, quase óbvia, mas suposição."

DONA EMMY, em editorial de 29/07/04, sobre a atuação da PFOL.

1. APRESENTAÇÃO

Apresenta-se a Vossa Excelência novo relatório parcial de Inteligência Policial, contendo a análise das provas obtidas através do auto de prisão em flagrante lavrado no dia 27 de outubro de 2.004, do material arrecadado nas buscas realizadas por ordem desse juiz nessa mesma data, cruzando-se com os dados relativos ao relatório parcial anterior (áudios e mensagens

SEGREDO DE JUSTICA
1/71

SEGREDO DE JUSTICA

O SR. EROLL DA SUA VERSÃO

As intrinsecas contradições do caso EROLL

Observa-se que o autor de todas as citadas matérias, dentre outras com o mesmo direcionamento, é LEONARDO ATTUCH, jornalista da revista ISTÓRE Dinheiro, vinculada à Editora Três.

Fontes da imprensa vinculam o jornalista LEONARDO ATTUCH, a KROLL ASSOCIATES BRASIL e a DANIEL DANTAS, que, através de suas matérias, "limpíaria" possível atuação ilícita verificada neste relatório.

O próprio DANIEL DANTAS, em interrogatório, não nega se relacionar com LEONARDO ATTUCH.

Há, desse modo, indícios de que LEONARDO ATTUCH favoreceria a quadrilha investigada no procedimento criminal supracitado, elaborando matérias que vão ao encontro dos interesses da ORCRIM.

Por derradeiro, após a deflagração da operação CHACAL, a revista ISTÓRE Dinheiro, através de matéria publicada por dois outros jornalistas, publica fatos tendenciosos, como menção a acesso de frases ditas por policiais federais no momento das buscas, bem como alardeando uma ação conjunta do DPF com outros veículos de comunicação:

ATAQUE AO OPPORTUNITY

Outro contato freqüente da ORCRIM se dava com CLÁUDIO JÚLIO TOGNOLLI, jornalista atuante na área do chamado jornalismo investigativo, que manteve alguns contatos com TIAGO VERDIAL.

Há fortes indícios de que TOGNOLLI, alimentado por TIAGO VERDIAL, teria elaborado reportagens

SEGREDO DE JUSTICA
38/71

Importante consignar, que são vários blogs e portais financiados com dinheiro público para atuarem na guerra de informações como agentes do petismo, exaltando o governo e espalhando mentiras sobre os adversários do PT e de seus planos de poder. Dentre eles, se destaca exatamente o Brasil



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com efeito, Leonardo Attuc, aliado do PT, recebeu milhões em verbas publicidade do Governo Federal (Dinheiro Público) muito acima de outros veículos de comunicação respeitados, motivo pelo qual se faz necessário este Requerimento de Informações.

Diante do exposto, é dever desta Casa fiscalizar o correto uso dos recursos públicos, o que inclui os milhões em verbas de publicidade gastos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2016

Dep. Fernando Francischini
Solidariedade/PR